

## **Reflexões sobre a Financeirização da Natureza**

1. Bioeconomia – um caminho sem saída
2. Monetizando a Natureza: precauções necessárias em uma encosta escorregadia

Barbara Unmüßig

Dezembro 2014



## 1. Bioeconomia – um caminho sem saída

Antes da Rio +20, vários atores internacionais, incluindo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial, lançaram o conceito de economia verde – apresentado como afastado da economia global abastecida por combustíveis fósseis e baseada no uso intensivo de recursos naturais. Eles esperavam que no pronunciamento *Nosso Futuro Comum*, que encerrou a Rio +20, a economia verde fosse consagrada como um conceito central. Isso não ocorreu. Durante a cúpula, a União Européia gostaria de que um roteiro para a economia verde tivesse sido adotado. Isso, também, não aconteceu.

O ponto de partida de todas as reflexões sobre a economia verde está na mudança do clima e na escassez de recursos – pense em “pico do petróleo”, “pico da água” e “pico do solo”. Por esta razão, todos aqueles que são os precursores da economia verde desejam ver a transição ecológica para uma descarbonização da economia global – com investimentos massivos em eficiência energética e energias renováveis. *Business as usual* não devem mais ser uma opção. Esta afirmação surge repetidamente em inúmeros estudos e publicações sobre o tema.

Mas, a economia verde vem com uma “pegadinha” – mais de uma, de fato. Seus precursores não desafiam o imperativo de gerar

crescimento econômico. Um exemplo é que, em maio de 2012, a OCDE apresentou uma estratégia intitulada *Rumo ao Crescimento Verde*. O crescimento permanece no coração da teoria e da política econômica. Nós procuramos em vão nos conceitos da economia verde qualquer estímulo que aponte para uma economia pós-crescimento ou para a prosperidade sem crescimento – isto é particularmente verdade para as nações industrializadas. Não há lugar para ideia e a necessidade do “menos” no abundante Norte. E, inversamente, qualquer conceito ou estratégia para uma economia do crescimento que poupe o uso dos seus recursos e alivie a pobreza continua com pouca repercussão. Há referências pífias a dimensões cruciais dos direitos humanos e sociais, tais como o direito à alimentação, de acesso à água, educação e terra. A economia verde é reduzida a critérios meramente econômicos como eficiência e produtividade, com pouca ênfase em direitos ou padrões de produção, bem como problemas de distribuição de riqueza e poder. Isto também se aplica ao modelo de Crescimento Verde Inclusivo, apresentado pelo Banco Mundial.

Além disso, a inovação tecnológica é motivo de orgulho entre conceitos da economia verde. A abordagem subjacente, até correta em seus termos, é que soluções tecnológicas elevam a produtividade dos recursos consumidos e podem permitir a substituição de recursos escassos. Mesmo assim, ainda é vital olhar de perto os efeitos negativos em potencial no campo ecológico e social, particularmente quando soluções de escala industrial estão envolvidas no processo. Nem tudo que é pensado como uma solução à mudança do clima – fertilização dos oceanos, espelhos

massivos no espaço, energia nuclear e grandes barragens - é socialmente justo e ecologicamente correto. O mesmo se aplica à engenharia genética, que supostamente ajudaria a resolver a crise de alimentos. Tudo que carregue o rótulo da economia verde deveria certamente colocar direitos sociais e humanos, bem como perspectivas ecológicas, em pé de igualdade com objetivos econômicos. Por exemplo, se fazendas de energia eólica removerem pessoas de suas terras, ainda que contribuindo para um equilíbrio positivo nas emissões de carbono, as mesmas podem agravar a pobreza e conflitos locais. As turbinas eólicas também contêm grandes quantidades de recursos naturais, cuja extração frequentemente falha em cumprir padrões sociais e princípios de direitos humanos. Muita energia política é gasta em garantir suprimentos, mais do que em promover sua manutenção e a reciclagem dos recursos neles contidos; ao mesmo tempo, políticas e incentivos econômicos para o uso eficaz dos recursos e sua conservação são praticamente inexistentes.

Não há dúvida de que precisamos transformar nossos modos de produção e consumo. Isso pode ocorrer não apenas – ainda que principalmente – por meio da economia. Na melhor das hipóteses, a economia verde é hoje uma atividade de nicho, isolada. Por outro lado, a tendência majoritária é a crescente e imensa demanda global por combustíveis fósseis, recursos minerais e biológicos. As razões para isso são muitas. De um lado, as nações industrializadas tem explorado livremente todos os tipos de recursos ao longo de séculos, e as mesmas não estão dispostas a abdicar do nível de uso habitual dos mesmos combustíveis em sua produção e

consumo intensivos. De outro, com o processo de globalização da economia, novos “concorrentes”, produtores e consumidores têm chegado à cena. Seu modelo de desenvolvimento também é, em grande parte, baseado em energia fóssil, com modelo de produção e consumo imitando o que é apreciado nos países industrializados. É *business as usual*, mas em escala global!

O que isso significa em termos de ultrapassar os limites planetários pode ser ilustrado com o que ocorre no setor agrícola. Este setor é o responsável pela perda de biodiversidade, a sobrefertilização dos oceanos, mudanças em grande escala no uso da terra e pela destruição dos ciclos de nitrogênio. Se, por exemplo, a demanda global por carne continuar a crescer como nos últimos anos, a OCDE prevê que em 2050, o suprimento de comida aos rebanhos terá que crescer em quase 300 milhões de toneladas. Como e onde essa quantidade de alimentos deverá ser produzida não está nem um pouco claro, porque um terço dos 14 bilhões de hectares cultivados no mundo já são para o cultivo de ração animal, com a China importando três quartos da soja produzida para o mercado global. A União Européia é o segundo maior importador depois da China. Além disso, tanto a Europa como os EUA, em particular, estão dedicando uma porção crescente de sua produção agrícola aos biocombustíveis. Os EUA hoje utilizam cerca de 30% da produção de milho para fabricar etanol. Até 2020, se a União Européia se ativer aos seus atuais objetivos (cota de 10% de mistura de biocombustível nos combustíveis usados), cerca de 85% da demanda por biocombustíveis estimulada politicamente na Europa será coberta direta ou indiretamente por importações. Isto

corresponde a 1.8 vezes à exportação de produtos agrícolas que sai do total de 11.8 milhões de hectares de terras cultivadas na Alemanha.

Esse é exatamente o lugar onde a bioeconomia entra em jogo. A bioeconomia se concebe como uma forma de economia verde. A mesma também é uma expressão da obsessão por soluções tecnológicas vistas como panacéia para todos os nossos problemas. Em 2013, o Governo Federal alemão publicou a “Estratégia Nacional sobre a Política de Bioeconomia”. Este documento descreve a mesma política como uma oportunidade de abordar os desafios com que nos deparamos, tais como escassez de recursos, mudanças climáticas, perda de solo e segurança alimentar; e “simultaneamente de avançar na transição de uma economia guiada majoritariamente por matérias-primas de base fóssil para uma economia de matérias-primas baseadas em recursos renováveis e eficientes”. É verdade: nosso mundo depende do petróleo, que pode ser encontrado em quase tudo. Bioplásticos são vistos como uma forma de escapar da “armadilha do petróleo”. Eles são produzidos a partir de recursos vegetais e de resíduos advindos da produção de comida e madeira. Entretanto, há um silêncio ensurdecedor sobre as reais limitações que existem na substituição do petróleo por recursos biológicos. Renovável não significa infinito, e, definitivamente, não significa absolutamente neutro em termos de impactos ambientais. Terras já são em si escassas, sobre-utilizadas e degradadas. O conflito pelo uso da terra irá aumentar. Uma das principais fraquezas da bioeconomia é que todo o desenvolvimento da cadeia de produção do setor

agrícola é desprezado e desafios globais como a pobreza e combate à fome, bem como o respeito às fronteiras planetárias, são ignorados.

Compensar o “pico do petróleo” com o uso de recursos renováveis cria um círculo vicioso. Mesmo sem considerar o problema da sobre-utilização e da alta demanda por terras cultiváveis (pico do solo), estes solos se tornarão cada vez mais escassos. Se o cultivo de alimentos se tornar menos importante do que as culturas economicamente mais interessantes, a segurança alimentar continuará a se tornar insegurança alimentar. Esta contradição também pode se estender ao “pico da água”, pois monoculturas utilizam água intensivamente. Aqueles a favor da bioeconomia também tem fé no forte crescimento da produção a partir da engenharia genética e da biotecnologia. Um estudo de impacto completo que leve as várias implicações e efeitos recíprocos dessas tecnologias em conta não está no horizonte. A engenharia genética verde é um caso em pauta: relatórios sobre novos problemas experimentados com plantas geneticamente modificadas crescem, mas não crescem seus casos de sucesso.

Além disso, não é nada menos que prospectivo e “inclusivo” que empresas multinacionais como Monsanto, Procter & Gamble, Chevron, BASF, Big Energy, B. I. G. Pharma, Big Food and Big Chemical estejam crescentemente tomando estrategicamente o controle de cadeias de produção inteiras – desde a informação tecnológica e genética sobre métodos de produção, a fatores como energia, biomassa, sementes, água e terra. A concentração de

poder iminente no setor é alarmante – o lobby da indústria das sementes, fertilizantes e pesticidas está exercendo cada vez mais influência nas decisões políticas mundo afora. Pequenos agricultores e trabalhadores rurais raramente tem o poder para se defender das condições definidas pelas transnacionais. Organizações fortes de agricultores, agindo pelos interesses dos pequenos produtores raramente existem. Da mesma maneira, praticamente há poucos sindicatos que representem o direito dos trabalhadores rurais. É necessária a ação política urgente para contrapor essa tendência da bioeconomia.

As inovações tecnológicas e a eficiência continuarão a nos conduzir a uma economia mais eficiente no uso dos recursos e ajudarão a expandir as fronteiras ecológicas. Todos os conceitos de uma economia verde ou de uma nova política bioeconômica devem, entretanto, fazer primeiro as seguintes perguntas: Tecnologia e inovação sim, mas, para quem? Quem vai estar no controle? Quais serão as consequências ecológicas e sociais? Será que os conceitos são suficientes ou são apenas táticas para evitar ou adiar a tendência há muito tempo esperada de invertermos para uma “política do menos”? É por um bom motivo que essas questões estão sendo cada vez mais intensamente debatidas pelos governos, empresas e sociedade civil. Só uma coisa é certa. Confrontados com este tipo de crise, é preciso uma transformação social e ecológica dos nossos modelos de produção e consumo rumo a uma economia global que seja democrática e justa e que não esteja baseada em um crescimento sem limites.

## 2. Monetizando a Natureza – precauções necessárias em uma encosta escorregadia

Em uma época em que a vontade política para realizar ações sobre proteção ambiental declina, muitos que são parte da comunidade ambientalista vem defendendo a monetização da natureza. Alguns argumentam que a monetização, contribuição econômica oferecida pela natureza e seus serviços, pode aumentar a consciência pública em torno da conservação e alimentar os esforços para a mesma. Outros vão além dos conceitos e cálculos mais gerais relacionados à monetização e buscam estabelecer preços para comercializar os serviços ambientais, alegando que os mercados podem atingir um nível de proteção ambiental que a política não conseguirá. No entanto, esta abordagem coloca em um mesmo pacote todas as funções complexas da natureza, transformando-a em um conjunto de *commodities* e a despojando de sua estrutura social e cultural, bem como de seus contextos ecológicos específicos, ameaçando, assim, os mais pobres e os povos indígenas, que dependem da terra para a sua subsistência. Muito embora o caminho da valoração para monetização não seja inevitável, de fato, é escorregadio. A fim de evitar suas armadilhas, é necessária a reafirmação do princípio da precaução e do compromisso com o processo decisório democrático e com a justiça social, ambos fundamentais a uma política ambiental significativa para o século XXI.

## **As promessas e perigos de um economicismo ecológico**

Será que os serviços da natureza precisam de um valor monetário? Durante a última década, ambientalistas cada vez mais dizem: "sim". Eles defendem que políticas de conservação devem ter um incentivo econômico a fim de obter atenção suficiente dos políticos e do público. Dentre os defensores deste novo economicismo ecológico, há duas abordagens distintas.

Uma abordagem pretende monetizar o valor da natureza simplesmente com fins de revelar sua imensa contribuição econômica para a sociedade. Seus defensores apontam que o valor significativo presente na natureza, e nos diversos serviços prestados por esta à humanidade, não é devidamente notado. Quantificar toda a contribuição da natureza, afirmam, geraria incentivo à vontade política de impedir sua destruição futura, além de facilitar a recuperação do que já foi degradado. A melhor maneira de revelar o valor da natureza, concluem, é apresentá-la nos termos que os formuladores de política melhor entendem: os termos do dinheiro.

Um segundo grupo vai ainda mais longe com o economicismo. Eles argumentam que a monetização é apenas significativa e efetiva se houver mercado para definir os preços dos serviços prestados pelos ecossistemas em questão. Os mercados para estes ecossistemas quando commodificados, argumentam eles, podem proteger a política de conservação dos caprichos da vontade política. Reduzam a burocracia desnecessária e deixem o mercado operar sua magia para salvar a natureza.

A linha entre valoração e comodificação, embora seja clara na teoria, ainda é opaca na prática. Para sermos precisos, é necessário apontar que valorar a natureza, em si, não implica necessariamente em riscos para a preservação da natureza, algo intrínseco à comodificação. No entanto, a valoração muda a forma como vemos e nos relacionamos com a natureza, podendo abrir inadvertidamente o caminho para a privatização dos serviços ambientais a que os defensores da mesma valoração muitas vezes se opõem. É preciso, portanto, abordar a questão da monetização da natureza com grande cautela e não permitir que a mesma enfraqueça o princípio da precaução, nem tampouco o próprio princípio da democracia, pois precisamos de ambos para ter base científica sólida e socialmente justa para a construção da política ambiental.

### **Onde não há vontade, pode haver um caminho?**

Entre os ambientalistas, prevalece uma profunda frustração. Apesar da perda da diversidade biológica e a degradação dos ecossistemas estarem ocorrendo em uma escala sem precedentes, a conservação da natureza continua a ser politicamente impopular. Na melhor das hipóteses, pode-se dizer que a aplicação das diretivas políticas e compromissos multilaterais da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) estão em suspenso. As metas de proteção e conservação da biodiversidade presente nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), evidentemente, não têm sido atingidas. Não há recursos para manutenção de áreas protegidas que já existem, que dirá para a criação de novas. A

vontade política de priorizar a conservação da natureza sobre a extração de recursos ou o desenvolvimento baseado na expansão de infraestrutura está se tornando rapidamente, em si, uma espécie em extinção.

Como resultado disso, conservacionistas buscaram uma nova estratégia de ação e acabaram por colocar a monetização no foco. Embora o conceito de valorar serviços ambientais remonte aos anos 1970, e tenha sido desde então debatido em publicações na área de conservação, este conceito tem ganho atenção renovada ao longo da última década.

Em 2001, Kofi Annan encomendou a elaboração da Avaliação Ecosistêmica do Milênio, sob o auspício institucional da Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de revelar as contribuições da natureza para o bem-estar humano<sup>1</sup>. Embora o relatório, lançado quatro anos mais tarde, não tenha produzido nenhuma mudança significativa em favor da proteção ambiental, o documento despertou interesse em incorporar incentivos econômicos às políticas ambientais. O ano de 2005 marcou o lançamento do Regime Europeu de Comércio de Emissões (ETS, sigla em inglês), que aplica princípios de mercado para efeitos de mitigação das mudanças climáticas. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês) também começou a desenvolver um sistema conhecido como REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), que alguns formuladores de política têm

---

<sup>1</sup> Para uma revisão recente destes esforços, ver Robert Costanza et al. "Changes in the Global Value of Ecosystem Services". In: *Global Environmental Change* 26 (2014): 152-158 e World Resources Institute. *Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystems and Human Well-Being: Synthesis*. Washington, DC: Island Press, 2005.

buscado transformar em um mercado de compensação de emissões de carbono. Em 2008, o estudo TEEB (A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade), encomendado pelos estados membros do G8, levou a abordagem economicista da Avaliação Ecossistêmica do Milênio um passo adiante nas recomendações para a formulação de políticas. O relatório procurou incorporar o valor econômico da natureza na receita dos Estados, preconizando a incorporação da compensação de biodiversidade nas políticas de conservação em nível nacional e internacional<sup>2</sup>.

Ambientalistas, líderes empresariais e tomadores de decisão procuraram fazer da proteção ambiental apenas uma questão econômica, em vez de política. A introdução das políticas denominadas “sem perda líquida” (*no net loss*), que permitem que o desenvolvimento econômico continue desde que a área líquida de um determinado tipo de ecossistema seja mantida, levou a uma mudança de paradigma nas políticas ambientais. No entanto, a política de compensação ignora como a biodiversidade é única e interligada, esquecendo-se da importância da natureza para as comunidades locais e as formas como essas comunidades sofrem quando os ecossistemas em que vivem são danificados. Políticas de uso da terra baseadas em se uma empresa pode pagar compensação em vez de em que as comunidades locais e a humanidade necessitam para sobreviver, minam os direitos básicos e os princípios democráticos.

---

<sup>2</sup> Naturkapital Deutschland—TEEB DE, *Der Wert der Natur für Wirtschaft und Gesellschaft—Eine Einführung*. Bonn: Federal Agency for Nature Conservation, N.15, 2012. Disponível em <[http://www.bfn.de/fileadmin/MDB/documents/themen/oekonomie/teeb\\_de\\_einfuehrung\\_1seitig.pdf](http://www.bfn.de/fileadmin/MDB/documents/themen/oekonomie/teeb_de_einfuehrung_1seitig.pdf)>

## **Olhar para as árvores e não ver a floresta, nem os povos da floresta**

Como apontam os que defendem a valoração da natureza, indicadores econômicos nacionais, tais como o PIB, continuam sem levar em conta serviços prestados pela natureza. Da mesma forma, esses indicadores falham em distinguir entre o que são atividades econômicas construtivas e destrutivas ao bem-estar humano e ecológico. A aniquilação da floresta contribui para o crescimento do PIB, enquanto que sua proteção, ao deixá-la intacta, não irá contribuir para o crescimento econômico. Ao revelar o valor total da natureza para a economia, defensores da valoração da natureza alegam que esse processo incentivaria não só uma política mais robusta em favor de políticas de restauração ambiental, como também fortaleceria a mobilização pública contra políticas ambientalmente degradantes.

Com isso, uma série de melhorias no sistema da construção de indicadores econômicos nacionais foi proposta. O Indicador de Progresso Genuíno (GPI, sigla em inglês), que tem atraído a atenção dos tomadores de decisão nos Estados Unidos e na União Européia, subtrai os custos deixados pela destruição da camada de ozônio, impactos da poluição atmosférica, perda de áreas agrícolas e várzeas, do total do PIB<sup>3</sup>. O Banco Mundial iniciou uma nova iniciativa denominada Contabilização da Riqueza para a Valorização dos Serviços do Ecossistema (WAVES, sigla em inglês)

---

<sup>3</sup> Veja, por exemplo, o Projeto FRESH (Avançando em Hierarquias Ambientais Regionais Sustentáveis) da União Européia (<http://freshproject.eu/index.php>), assim como os esforços recentes em Maryland (<http://www.dnr.maryland.gov/mdgpi/>) e Vermont (<http://vtgpi.org/about.html>) nos EUA.

com fins de expandir e alcançar a aplicabilidade dessas propostas na revisão de indicadores como o PIB.

Não é preciso dizer que compreensão mais profunda e maior consciência sobre as relações entre sociedade e natureza são sempre bem-vindas, mas o rigor e a utilidade das informações contidas em indicadores do nível do PIB permanecem questionáveis em tal processo. A fim de converter informações sobre serviços da natureza a um desenho apropriado dos indicadores econômicos nacionais, os analistas devem agregar os dados de todos os ecossistemas existentes e atribuir o aumento ou diminuição do valor de cada um destes serviços, de forma particular, para cada país envolvido. Além disso, determinar um valor econômico para serviços ambientais requer primeiro a descrição de todos os serviços prestados em um ecossistema particular, o que é uma tarefa árdua.

Delinear o que é um ecossistema em particular, a partir do complexo tecido que é a natureza, coloca-nos inúmeros e significativos desafios. Por exemplo, o fornecimento de oxigênio para os seres humanos e animais para que possam respirar é um serviço ambiental de escala global. Mas como avaliamos a contribuição individual de um subsistema, tal qual uma única floresta, para esse serviço global? Todos nós podemos ainda respirar se toda uma floresta específica for cortada, mas não se todas as florestas no mundo o forem. Em escala local, quantificar o valor de uma árvore é problemático porque mesmo uma única árvore presta muitos serviços ambientais. Suas raízes proveem benefícios para o solo, suas folhas fornecem oxigênio, e seu tronco

poderia ser fonte de madeira ou papel para a indústria. Se valorar uma parte identificável de um ecossistema como uma árvore é difícil, valorar um ecossistema regional, tal como áreas de pradaria que alimentam animais selvagens e armazenam carbono no solo, é metodologicamente ainda mais complexo.

Para além das várias dificuldades técnicas, lançar-se no caminho da valoração também muda a forma como vemos e compreendemos a natureza. A fim de determinar o valor de um ecossistema com o objetivo de elaborar políticas, tais como a realização de uma análise de custo-benefício para um novo projeto de desenvolvimento, é preciso levar em consideração todos os aspectos do ecossistema. Mas o valor de todo um ecossistema para a sociedade é mais do que a soma de suas partes monetizáveis: reduzir seu valor a termos meramente monetários, ainda que fosse tecnicamente viável, tira da natureza seu valor cultural e espiritual. Uma má política pode ser substituída, mas as funções holísticas da natureza, não.

Interagir com os ecossistemas como se fossem entidades econômicas, desagregando-os em vários "serviços", coloca-nos, assim, em um caminho em que veremos tais serviços como simples mercadorias. Ao desagregar o ecossistema, cada serviço prestado pelo mesmo pode ser separado de forma discricionária em um "pacote monetizável" a fim de que possa ter mercado próprio com preço específico. Esta abordagem inverte a direção das políticas para os interesses daqueles que são economicamente poderosos. Os atores menos poderosos – frequentemente comunidades locais,

povos indígenas, mulheres, pequenos agricultores, etc. – são empurrados para as margens e suas vozes são ignoradas.

Regimes de compensação têm entrado crescentemente no domínio complexo da floresta e da preservação dos habitats naturais. Por exemplo, o Brasil lançou recentemente, com o apoio do lobby do agronegócio no país, o Rio de Janeiro Green Exchange (Bolsa Verde), que permite aos proprietários individuais e corporativos comprar títulos referentes a áreas proporcionais em terras que não tenham sido desmatadas a áreas que tenham sido desmatadas em suas propriedades e que fariam parte de sua reserva legal. A atividade tem o objetivo de compensar a degradação ambiental além do limite em propriedades que compram os títulos e mantê-las, juridicamente, em condições perto de prístinas.

Dessa forma, a degradação da terra em uma área específica no Brasil pode avançar rapidamente, sob pouca preocupação, uma vez que os pagamentos por certificados de compensação – conservação de um pedaço de terra "equivalente" ao espaço degradado em outra área do país – tem o seu custo reduzido simplesmente ao custo de fazer negócio. Há até mesmo relatos de compras de certificados meramente especulativos, em situações nas quais empresas compram terras em áreas remotas da Amazônia com o objetivo de vender títulos de conservação florestal a fim de preservar terras e florestas que, em última instância, nem seriam degradadas<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Jutta Kill "Trade in Ecosystem Services: When 'Payment for Environmental Services' Delivers a Permit to Destroy". Montevideo, Uruguay: World Rainforest Movement, 2014.

Tais certificados transacionáveis levantam sérias questões sobre o desequilíbrio de poder entre os agentes de mercado envolvidos no processo. Muitos ecossistemas que ainda estão razoavelmente intactos são a casa de populações pobres e de povos indígenas. Em um regime de comércio de licenças de emissão, uma grande corporação poderia adquirir essas terras para atividades de compensação, expulsando aqueles que durante séculos dependem das mesmas terras para sua sobrevivência. Para além disso, essas comunidades tradicionais tem um conceito muito diferente de propriedade daquele presente no capitalismo ocidental. Não há uma única pessoa "dona" da terra quando os recursos são tratados como comuns; no entanto, a criação de mercados de certificados transacionáveis depende do princípio da propriedade privada, uma ameaça à governança dos comuns usualmente presentes em comunidades indígenas. O risco de abuso quando certificados de compensação florestais são aplicados no contexto da posse coletiva é, portanto, imenso, especialmente porque falta a estas comunidades o poder político, econômico e jurídico, desfrutado por aqueles que são os potenciais compradores dos certificados.

### **Voltando aos Princípios Iniciais**

De maneira a evitar que a monetização caia no caminho da comodificação, devemos revisitar um dos princípios sagrados da política ambiental: o princípio da precaução. Este princípio afirma que quando uma ação ou política pode representar um grande risco ao ambiente, será demandada uma justificativa robusta daqueles

---

Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2014/04/Trade-in-Ecosystem-Services.pdf>>

que defendem tal ação ou política. Como o clássico "mantra" da ética médica, o princípio da precaução insiste na máxima de que em primeiro lugar, não deve fazer mal.

Esse princípio aponta a diferença nítida entre pagar para preservar e ter licença para destruir. Para compensar a renúncia da oportunidade econômica, o estado oferece um pagamento direto aos proprietários de terra, que é essencialmente um pagamento para manter os "serviços ambientais" em suas áreas. Estes pagamentos para conservar são, na realidade, centrais para a política dos Estados Unidos e da União Europeia (EU). Nenhuma nova *commodity* ou um novo mercado é criado neste processo: o setor público (em oposição ao privado) é o único ator a prover o pagamento compensatório, com a política tendo o objetivo de manter a natureza em seu estado atual.

Tais pagamentos para a conservação ambiental são bastante distintos, conceitualmente e na prática, da implementação de regimes de comércio ambiental baseados no mercado. Em um regime de comércio de licenças de emissão, os investidores não precisam renunciar ao desenvolvimento econômico; em vez disso, eles podem indenizar a sociedade pela destruição resultante de suas atividades ao pagar pela preservação de um pedaço "equivalente" à terra que destruiu, em qualquer outro lugar. Na perspectiva dos promotores do desenvolvimento, o pedaço de terra preservado toma a forma de um certificado de pagamento por serviços ambientais. Todavia, o certificado é separado da realidade física a que corresponde.

A monetização também pode ser apropriada na aplicação do princípio do poluidor-pagador, que é fundamental no direito ambiental internacional. De acordo com esse princípio, em caso de promoção de danos ambientais inevitáveis (tais como um desastre ambiental), a entidade responsável pelos danos deve fornecer compensação adequada ao valor dos danos causados. Como o dano já foi causado, a demanda para pagar novamente pelo serviço pode sofrer dissuasão no ato de preservação, elevando as apostas econômicas em futuras catástrofes. O foco não está mais no cálculo do valor residente em cada ecossistema em particular, mas no custo que implica sua reparação necessária. Ao passo que os reparos são feitos, a estimativa de custos pode ser ajustada de forma adequada, tornando irrelevante a necessidade de estimar de forma abstrata o valor da natureza.

Considere, por exemplo, o caso de derramamento de óleo da Deepwater Horizon, em 2010. Quando a plataforma de perfuração explodiu, aproximadamente 800 milhões de litros de óleo foram para o mar ao longo de várias semanas, causando o que foi um dos piores desastres ambientais deste tipo. Os prejuízos para a flora e a fauna da região do Golfo do México, bem como para a indústria pesqueira dos arredores, foram imensos. Ao longo de 2012, a proprietária da plataforma, a British Petroleum (BP), foi exigida por lei a reembolsar entidades públicas e privadas em um total de US\$ 43 bilhões pelos danos causados pelo derramamento. Os prejuízos ambientais ao Golfo do México, no entanto, foram em grande parte irreversíveis: nenhuma soma de dinheiro poderia desfazê-los completamente. Considerando o fundamento jurídico primordial do

princípio da precaução neste caso, poderia se dizer que, de início, a perfuração nunca deveria ter começado.

Ao longo das últimas décadas, temos visto não só uma crescente degradação ambiental, mas também a erosão de conceitos como os dos comuns e da responsabilidade coletiva na preservação da natureza. Ao abraçar a valoração monetária da natureza como uma estratégia para mobilizar o apoio à conservação ambiental, os ambientalistas estão se resignando a um *status quo* político que só pode compreender valor em termos de dinheiro e de mercados. Ao ver os ecossistemas e seus serviços ambientais por uma lente pecuniária, a monetização altera profundamente nossa relação com a natureza, e, se levada ao ponto da comodificação, pode submeter a linha tênue que é o equilíbrio da natureza à lógica destrutiva e a volatilidade dos mercados. Ainda que a tendência para a privatização de bens públicos tenha sido amplamente difundida ao longo das últimas décadas, não devemos compactuar tão facilmente em permitir que a privatização daquele que é o mais básico dos comuns – a natureza em si. Nós devemos enfrentar os graves desafios ambientais do século XXI com audácia e prudência, utilizando o princípio da precaução, juntamente com os princípios de justiça e democracia, a fim de que possamos estabelecer os limites que a ação humana não deve transgredir.

## **Sobre a Autora**

Barbara Unmüßig é presidente da Fundação Heinrich Böll desde 2002. Ela é responsável pelo trabalho internacional da Fundação, que possui trinta escritórios em vários países. Seu trabalho se concentra em temas de globalização, questões climáticas internacionais, recursos naturais e política agrícola, políticas de gênero e promoção da democracia.

Os dois artigos aqui presentes já foram publicados anteriormente em inglês:

*Bioeconomy – A dead end*

<http://www.rural21.com/english/news/detail/article/bioeconomy-a-dead-end-00001214/>

*Monetizing Nature: Taking Precaution on a Slippery Slope*

<http://www.greattransition.org/publication/monetizing-nature-taking-precaution-on-a-slippery-slope#sthash.49qDuX1S.dpuf%20e>

## **Impressão**

Editor: Fundação Heinrich Böll – Brasil

Rua da Glória, 190/701 – Glória – 20.241-180.

Rio de Janeiro – Brasil.

Telefone. +55 21 3221 9900

Texto: Barbara Unmüßig

Tradução: Marcela Vecchione Gonçalves

Publicado em <http://br.boell.org> em dezembro de 2014

Mais informações: [info@br.boell.org](mailto:info@br.boell.org)